

engajados na formulação da política energética do País. Com sua adoção, será viabilizada a ampliação das instalações de muitas empresas que podem criar e desenvolver uma tecnologia nacional adaptada aos recursos naturais do País, principalmente no que tange à substituição da queima de óleo combustível.

Por considerá-la justa e urgente, contamos com o apoio dos nobres colegas no encaminhamento da solicitação que acabamos de transmitir.

Muito obrigado.

O SR. RONAN TITO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, “Pietatis cardo justitia” — justiça é o centro da religião. Este, Sr. Presidente e Srs. Deputados, o lema escolhido por Dom José Cardoso Sobrinho, Bispo recém-emposado em Paracatu.

Tive o prazer e a honra de participar da alegria da boa gente de Paracatu e da região, quando da posse do novo pastor. Com a posse do novo bispo, brota no seio do povo daquela prelazia nova esperança, pois, que, há dois anos a diocese em pauta estava sem bispo titular.

Dom Raimundo, Carmelita como Dom Cardoso, renunciou, segundo suas próprias palavras, a bem do povo, mas é fato público e notório que Dom Raimundo renunciou por pressões expúrias. Julgavam os poderosos que, afastando Dom Raimundo, ficaria a coisa mais fácil para prosseguirem na sua caminhada em direção aos privilégios totais, pois que o bispo de então era e é um lutador em favor dos pobres, dos sem voz e sem vez. E eis que agora, dois anos depois, vem um novo carmelita, Dom José Cardoso Sobrinho, e o que mais auspicioso, Sr. Presidente, com o lema “Justiça é o Centro da Religião”. Não aprenderam e parece que não aprenderão nunca, os egoístas, os sectários, os todo-poderosos, que não é afastando os que têm fome e sede de justiça que ficarão com seus caminhos livres para a riqueza e o poder sem limites.

Outros tentaram um tratamento até mais forte e mais contundente, no princípio do Cristianismo: simplesmente matavam os pastores, mas, ao contrário de que se supunha, o sangue dos imolados, era a semente e adubo de novos adeptos e amantes da causa da justiça.

Agora, Sr. Presidente, Paracatu está em festa, e não é sem razão, pois é de Caruaru, com passagem por Roma, que vem o novo pastor e vem com o lema “justiça é o centro da religião”.

O SR. JÚLIO CAMPOS (ARENA — MT. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, uma das grandes lutas de sucessivos governos, nas últimas décadas, tem sido a tentativa de corrigirem-se os desequilíbrios existentes em nosso País.

A preocupação com o Nordeste e com a Amazônia veio juntar-se à redescoberta do Centro-Oeste como uma área com elevado potencial de desenvolvimento.

Com a transferência da Capital federal para a região Centro-Oeste e a consolidação de Brasília como um centro político administrativo de máxima importância, seus reflexos têm sido notados com grande intensidade em toda a região.

Todavia, passando a ter contato mais próximo com a região central, onde se localiza a Capital federal, centro das decisões políticas nacionais, passou também o Governo federal a tomar maior conhecimento dos problemas desta vasta região.

Contudo, para fazer face aos grandes desafios que a região Centro-Oeste apresenta, o Governo central sentiu a necessidade de estar dotado de um instrumento ágil que de forma mais efetiva pudesse equacionar tais problemas.

Dentro deste espírito, através da Lei n.º 5.365, de 1.º de dezembro de 1967, foi criada a Superintendência do Desenvolvimento do Centro-Oeste — SUDECO.

Em seu art. 16 ficou estabelecido que “a SUDECO encaminhará ao Poder Executivo, com base em levantamento de dados econômicos de área e em conformidade com as diretrizes da política financeira, a proposta de criação de um banco de desenvolvimento para a Região Centro-Oeste”.

Todavia, enquanto a SUDENE e a SUDAM gozam de uma posição de grande destaque no fomento e estímulo ao desenvolvimento regional, a SUDECO, contando com escassos recursos passa a ter apenas um papel de coordenação dos programas desenvolvidos na região Centro-Oeste pelos diferentes ministérios.

Por outro lado, além dos mecanismos especiais como aplicação de incentivos fiscais, contam ainda aquelas Superintendências com um forte aliado que são os bancos de desenvolvimento e agentes financeiros, representados pelo Banco do Nordeste do Brasil S/A (BNB) e Banco da Amazônia S/A (BASA).

Porém, em que pese a existência deste dispositivo legal autorizador para a criação de semelhante instrumento de agilação do desenvolvimento da região Centro-Oeste, até o momento ainda não foi o mesmo efetivado, decorridos que foram já aproximadamente 12 anos.

Certamente que a criação e instalação do Banco de Desenvolvimento do Centro-Oeste terá um papel relevante na dinamização econômica e social desta região.

Além disto, a divisão de Mato Grosso e todo o interesse do Governo federal em ocupar racional e produtivamente áreas como a Amazônia mato-grossense e Rondônia requer que a SUDECO possa ter um agente financeiro específico e voltado fundamentalmente para a região Centro-Oeste.

Desta forma cremos que S. Sx.ª, o Sr. Ministro do Interior Mário Andreazza poderia acionar os mecanismos necessários para o atendimento desta reivindicação, que é aspiração do empresário, dos administradores e da gente do Centro-Oeste, que, neste momento, cremos estar representando.

Pedimos imediatamente a criação do Banco do Desenvolvimento do Centro-Oeste, que virá beneficiar grandemente aos mato-grossenses, goianos, sul-mato-grossenses e rondonienses.

Tenho dito.

O SR. ROQUE ARAS (MDB — BA. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, os professores da rede estadual de ensino da Bahia decidiram pela continuidade de sua greve até que o Governo, que arrota sensibilidade, espírito de justiça e popularidade, resolva atender às suas justas reivindicações ou mesmo concorde em estabelecer o diálogo tão necessário a um entendimento e até mesmo ao aprimoramento de qualquer regime que pretenda respeitar as regras democráticas.

A reação do Governo, entretanto, através de seu Secretário de Educação — o Rev. Eraldo Tinoco — foi a de fazer chantagem econômica, suspendendo o pagamento de salários do mês em curso, valendo-se, assim, das privações e da miséria da classe e mandando identificar os mais necessitados, os mais lúcidos, os solidários e os idealistas (que constituem a vanguarda do movimento) para que contra eles venham a ser adotadas medidas punitivas e extremas.

Este quadro, que se reproduz em várias Unidades da Federação, é o resultado do sistema imposto à Nação há quinze anos pelos poderosos e hábeis grupos nacionais e internacionais que transformaram o Brasil em uma presa inerte e sobre a qual continuam se refestelando, dividindo entre si o sangue dos brasileiros e as vísceras de nossa Pátria. Os que vivem de contraprestação salarial, inclusive os que foram envolvidos e que são mantenedores do poder, embora explorados como os outros, continuam com a mesma companhia que lhes foi imposta nesta longa noite de torturas: a fome, a miséria, o medo e a violência.

A situação dos assalariados do País é a mais negra, sejam eles empregados ou servidores civis e militares. Especuladores, banqueiros, multinacionais, governantes inescrupulosos, tudo isto reunido em um País de gente pacata só pode oferecer este quadro com que nós nos defrontamos. Se especuladores exploram produtores e consumidores; se os banqueiros asfixiam a produção e o comércio; se as multinacionais monopolizam, impõem preços e sangram o Brasil; se os governantes esbanjam receitas públicas com obras faraônicas, suntuárias ou desnecessárias, se deixam obras inacabadas de antecessores, se não pechincham com os grandes grupos, e se as concorrências são “arrumadas” a fim de garantirem polpudas comissões, somente Deus poderá socorrer o povo, os assalariados e os desempregados deste País.

Os professores da rede estadual ainda podem realizar movimentos reivindicatórios, embora afrontando a opressão e a incompreensão. Que diremos nós dos professores dos municípios que, sem condições de mobilização e percebendo salários que não lhes permitem viver nem uma semana, vivem em estado de pobreza e de coação diante das administrações municipais, que economizam dos professores para, em sua maioria, refestelarem os cofres particulares de seus Prefeitos.

Está na hora, Senhores que governam este País, de acabarem com a desfaçatez, a insensibilidade, a ganância dos grupos financeiros nacionais e estrangeiros, o roubo mais desenfreado e o loqueamento mais solerte para, fazendo justiça social, acabarem a miséria e promoverem o bem-estar dos brasileiros.

O SR. EUCLIDES SCALCO (MDB — PR. Sem revisão do orador.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, na segunda-feira desta semana estivemos acompanhando o Presidente Ulysses Guimarães e outros Deputados do Rio de Janeiro ao presídio da rua Frei Caneca, onde estão os presos políticos que cumprem pena por te-

rem sido condenados por crimes políticos. Aqueles brasileiros estão em condições lastimáveis em face da greve de fome. A greve de fome que eles estão levando a efeito é um ato político, segundo a palavra desses brasileiros, que, num dado momento da História deste País, não viram outra alternativa senão o uso das armas para um ato político que eles consideravam como única saída.

Não advogamos a luta armada, mas devemos respeitar esses jovens que, no entusiasmo de suas vidas e de seu ideal, optaram por essa solução. Nesta hora em que se fala de anistia, é necessário que o Governo que pretende ser democrático, mas não é, se mostre sensível à aspiração do povo brasileiro, que quer anistia ampla, geral e irrestrita, pois ontem aprovaram o Substitutivo do Deputado Ernani Satyro, no qual a anistia proposta é restrita. Vimos esses presos políticos que estão em greve de fome — hoje é o 28.º dia — na segunda-feira passada e alguns deles estavam com pressão arterial mínima de 4 e máxima de 6, na proximidade de as duas se encontrarem, momento em que correrão risco de vida. Caberá ao Governo brasileiro a responsabilidade, se algum desses brasileiros que fazem greve de fome, por liberdade para todo o povo brasileiro, vier a morrer.

Sr. Presidente, Srs. Deputados, foi com pesar que, nesta semana, no nosso gabinete, recebemos panfletos não assinados e que devem vir da direita, dizendo: "Terroristas em greve de fome! Quem são eles?" Diz mais:

"Explorando a generosidade do povo brasileiro, os terroristas e seus asseclas buscam chamar a atenção da opinião pública, através de uma greve de fome, para obterem a impunidade para os crimes de sangue e de terror que praticaram, por meio de uma anistia que não merecem."

São maus brasileiros aqueles que, no momento em que pregam a abertura democrática, em que o País se reencontra e vai ao encontro da mão estendida do Presidente, vêm espalhando panfletos anônimos, classificando de terroristas aqueles que lutaram por uma pátria livre. Sr. Presidente, o Governo brasileiro reconheceu o Governo sandinista. Perguntamos: na concepção do Governo brasileiro e desses maus brasileiros, os sandinistas também são terroristas?

Sr. Presidente e Srs. Deputados, nós, do MDB, democratas brasileiros, exigimos que se dê a esta Nação uma anistia ampla, geral e irrestrita, para que o povo e o País encontrem seus destinos.

Era o que tinha a dizer.

O SR. GENIVAL TOURINHO (MDB — MG. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, sou considerado incômodo pela minha maneira de dizer as coisas como as sinto. Sem a sabedoria, entre aspas, que costumam achar ser apanágio dos mineiros. Desta forma, afirmo que Minas virou um barril de pólvora cheio de estopins. Poucos ousam afirmar que se arma uma rebelião popular em Minas. Em vez de lutar contra este perigo, prefere a maioria fumar perto do barril. Vamos aos fatos:

O Sindicato Patronal da Construção Civil, mesmo antevendo o que poderá acontecer, mas estimulado pelo Ministro do Trabalho, vai recorrer da decisão do TRT que fixou o piso salarial de três mil e seiscentos cruzeiros em favor dos peões do setor. A Mauricio Roscoe, Presidente do Sindicato, disse o Ministro que não vê outra solução, isto porque, em obras públicas, o Governo não tolerará o repasse dos aumentos. Alegam os empreiteiros que não podem agir com liberalidade, diminuindo sua margem de lucro, que dizem pequena. Poder, podem; mas, egoisticamente, não querem. Não entenderam que a hora é de dar os anéis para não perder os dedos. Consequentemente, virá o recurso, prontamente deferido o efeito suspensivo do que já foi decidido. E a "peãozada", a sensação de vitória transformada em revolta, vai descer dos andaimes, engrossada pelo pessoal de Ouro Branco, que já prepara sua marcha de setenta quilômetros, os mineiros de Nova Lima, além de outras categorias em desespero. Então, como em tempo de Murici, cada um culde de si.

A Polícia Militar, também formada por assalariados, se encontra indócil, julgando-se órfã. Não foi à-toa que o Coronel José Geraldo disse claramente que "greve de militar tem outro nome".

A greve dos bancários, tão simpática aos mineiros quanto a dos professores, encontraram pela frente o banqueiro Murilo Macêdo aplicando o Decreto-lei n.º 1.632. Sintomático, mesmo para os ingênuos, que não aplicado antes com outras categorias, também defesas de exercitarem greves, venha o maldito decreto a ser utilizado exatamente contra os bancários. É esta, efetivamente, a República dos Banqueiros.

As chamadas atividades essenciais não podem pressionar pela greve e tampouco contam com uma Justiça do Trabalho que possa operar como órgão normativo, agindo com equidade, verificando se, em face ao lucro das empresas, podem ou não ser atendidas

as reivindicações dos trabalhadores. No caso específico dos bancários, esta possibilidade de atendimento é a mais ampla possível, sabemos todos. No entanto, restrita, por odiosa legislação, aos chamados índices oficiais de correção salarial, a Justiça do Trabalho só pode mesmo atender aos interesses patronais, assim traindo o princípio jurídico da sua constituição.

Somados todos estes ingredientes, logo se percebe o grande perigo que atravessamos por força de um instrumental jurídico odioso e discriminatório, vocacionado apenas à concentração de riquezas. O político, por não saber exercer liderança, seja por nunca tê-la exercitado, seja porque desaprendeu o seu uso nos últimos quinze anos, queda-se perplexo sem saber como se conduzir. Não será esta a hora de se modificar profundamente a estrutura social, econômica e política deste País, através da pronta convocação de uma Constituição? Se isto não ocorrer, tenha Deus piedade dos que se julgam poderosos.

O SR. ANTÔNIO ZACHARIAS (MDB — SP. Pronuncia o seguinte discurso.) — Sr. Presidente, Srs. Deputados, toda a Nação acompanha com apreensão o drama energético que se desenrola no Brasil e no mundo. Já não permanece nenhuma dúvida de que todo o processo de desenvolvimento terá que ser repensado, tendo em vista as alternativas energéticas para a substituição do petróleo.

O próprio Presidente da República já disse que "o melhor substitutivo para o petróleo é o próprio petróleo". Não há a menor dúvida. Acreditamos mesmo que S. Ex.ª tenha feito essa afirmação não pela constatação do óbvio, mas pelo legado que o País recebeu em que, visualizando apenas um dos aspectos, o transporte, nos encontramos perplexos pela nossa dependência desse combustível fóssil.

Basta voltar os olhos para um passado não muito longínquo de apenas 30 anos, imediatamente ao pós-guerra para verificar o abandono e a conseqüente destruição de nossas ferrovias, ocorrida, sobretudo, no 1.º Governo revolucionário, encapuçada no eufemismo de substituição de trechos ferroviários considerados antieconômicos. A febre do rodoviarismo dos anos 50, e que já vinha do final dos anos 20 — "Governar é abrir estradas" — acentuou-se mais ainda no Governo Médici e o resultado está aí: mais de 70 por cento de toda carga transportada são feitas por estradas de rodagem, sendo maior ainda o percentual de passageiros que se utilizam de rodovias. Quanto ao uso das aquedutos e dos transportes marítimos — se bem que tenha havido progressos nos últimos 20 anos — a despeito de nossa imensa costa, pode-se dizer precário. Quer queira quer não queira, dependemos das rodovias e, conseqüentemente, dos veículos automotores para vencer as longas distâncias de nosso vasto território.

Sendo despidendo falar da deficiência dos transportes de massa — e não é, também, nosso objetivo — pretendemos, apenas, alertar as autoridades que mesmo em uma "economia de guerra" (como já denominada a crucial situação em que nos encontramos) não se pode indiscriminadamente impedir o direito de ir e vir, ou seja, impossibilitar as pessoas de se locomoverem a longas distâncias, com o fechamento dos postos de gasolina aos sábados e domingos. Como se não bastasse, os jornais da última semana falam que os postos poderão fechar, ainda, mais um ou dois dias no meio da semana. A população continua sem entender, quando se sabe que o Brasil reexporta gasolina a preço que se pode dizer simbólico. O que se vê, porém, são as penalidades impostas aos possuidores de veículos automotores, como o esdrúxulo aumento da Taxa Rodoviária Única, de 3 para 7%, a pretexto de se formar um fundo que, como é de se prever, ao final de um ano estará consumido pela voragem inflacionária, não se sentindo, portanto, seus efeitos, a não ser exaurir mais ainda os minguados e suados recursos do povo, que não suporta mais a artificialidade voraz de todos os tributos, sob a forma de impostos, taxas e quejandos que lhe são impingidos.

Há que se atentar para o fato de que muitos profissionais, tais como desportistas, artistas e músicos são obrigados, por força contratual, a se deslocarem para cidades distantes e que, com o fechamento dos postos nos fins de semana, ver-se-ão obrigados — como já tem ocorrido — a permanecer até na segunda-feira a fim de retornar às suas cidades, onerando, assim, as despesas de hospedagem, bem como a perda de dias de serviço.

Quanto ao turismo interno, a Federação Nacional de Hotéis já se manifestou e deixou claramente demonstrado que cerca de dois milhões de trabalhadores do setor serão afetados e, o que é evidente, passarão a ter uma diminuição salarial, já que o percentual de 10 por cento pago pelos hóspedes e turistas em geral se incorporam aos seus salários. Não é difícil, prever, por via de consequência, que o desemprego não tardará a chegar no setor turístico.

Não se pode, igualmente, deixar de considerar que, muitas vezes, as pessoas têm necessidade de locomoção para outra cidade